



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA –

FACE

CURSO DE ECONOMIA

DAYANE DA SILVA RIBEIRO CARDOZO

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O IMPACTO
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL.**

DOURADOS-MS

2017

DAYANE DA SILVA RIBEIRO CARDOZO

**PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O IMPACTO SOBRE
A DESIGUALDADE SOCIAL.**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Professor Mestre Enrique Duarte Romero

Banca Examinadora:

Professor Mestre Alexandre de Souza Corrêa

Professora Doutora Madalena Maria Schindwein

DOURADOS-MS

2017

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O IMPACTO SOBRE A
DESIGUALDADE SOCIAL.

DAYANE DA SILVA RIBEIRO CARDOZO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Economia pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Professor Mestre Enrique Duarte Romero

Professor Mestre Alexandre de Souza Corrêa

Professora Doutora Madalena Maria Schlindwein

Dedico este trabalho aos meus pais, esposo e filho, pela paciência e apoio para comigo, durante o período de minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades.

A esta faculdade e todo seu corpo docente, além da direção e administração que me proporcionaram as condições necessárias para que eu alcançasse meus objetivos.

Ao meu orientador Mestre Enrique Duarte Romero, por todo o tempo que dedicou a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio e ensinamentos que me fizeram escolher o caminho correto, e pela força e encorajamento para nunca desistir dos meus estudos mesmo com as dificuldades que apareciam.

Ao meu esposo querido que me apoiou na decisão de fazer uma graduação, saindo de perto de sua família em outro estado pra me acompanhar nessa minha caminhada e teve paciência para comigo nesse período.

Ao meu filho que muitas vezes teve que esperar horas para ter a minha companhia e aguardava ansioso o término dessa minha graduação pra dedicar mais tempo a ele.

Enfim a todos que colaboraram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho fica aqui registrado, o meu sincero agradecimento!

RESUMO

Os programas de Transferência de Renda são uma ajuda extra ou a única fonte de renda de muitas famílias. Neste contexto este trabalho tem como objetivo analisar o impacto dos Programas de Transferência de Renda no Brasil no combate a desigualdade social das famílias, por esse motivo o trabalho aborda principalmente o Programa Bolsa Família e sua colaboração para o desenvolvimento social das famílias pobres e extremamente pobres. Para tanto foi feita uma pesquisa sobre os principais indicadores sociais que possam relatar uma diminuição na desigualdade social no país e também se aplicou um questionário com algumas famílias de Dourados. Notou-se que os programas de transferência de renda são comuns no mundo afora, todos com diferenças sutis, mas o que mais se distancia dessas diferenças são as transferências de renda do Brasil, principalmente no que se refere ao tempo de recebimento do benefício que não tem um limite, mas apresenta um resultado satisfatório quanto à redução da pobreza extrema e da desigualdade social do mesmo. Mas ainda há muito que ser feito para ser um programa que possa diminuir a desigualdade social de forma mais duradoura. Não apenas na questão de renda *per capita*, mas de capacitação tanto para os jovens quanto para os adultos das famílias menos favorecida em vez de fornecer apenas o dinheiro e a capacitação para jovens.

Palavras chave: Transferência de Renda; Programa Bolsa Família; Desigualdade social.

ABSTRACT

Income Transfer programs are an extra help or the only source of income for many families. In this context, the objective of this study is to analyze the impact of the Income Transfer Programs in Brazil in the fight against social inequality of families, for this reason the work mainly addresses the Bolsa Família Program and its collaboration for the social development of poor and extremely poor families. In order to do so, a research was done on the main social indicators that can report a decrease in social inequality in the country and also a questionnaire was applied with some families of Dourados. It was noted that income transfer programs are common throughout the world, all with subtle differences, but the most distant of these differences are the transfer of income from Brazil, especially as regards the time of receiving the benefit that does not Has a limit, but presents a satisfactory result in terms of reducing extreme poverty and social inequality. But there is still much to be done to be a program that can lessen social inequality in a more enduring way. Not just on the per capita income issue, but on empowerment for both young people and adults from under privileged families rather than just providing money and empowering young people.

Keywords: Income Transfer; Family Grant Program; Social inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	6
1.2 OBJETIVOS	6
1.2.1 Objetivo Geral	6
1.2.2 Objetivos Específicos	6
1.3 JUSTIFICATIVA.....	7
1.4 ESTRUTURAS DO TRABALHO	7
2.1 REVISÃO TEÓRICA.	8
2.2 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
3 METODOLOGIA	15
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	16
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1 NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE 2004 A 2014 NO BRASIL.	18
4.2 INDIVÍDUOS EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL , CENTRO OESTE E MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 2004 A 2014.....	22
4.3 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2014.	24
4.4 TAXA DE ANALFABETISMO DE CRIANÇAS DE 10 A 17 ANOS.	26
4.5 EMPREGO	27
4.6 TAXA DE DESIGUALDADE DE RENDA (COEFICIENTE DE GINI).	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE A	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Rocha (1998) a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, podendo ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de maneira adequada. O autor ainda assinala que a extrema pobreza¹ está relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não-atendimento das necessidades vitais mínimas. Enquanto a pobreza relativa², determina as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão.

No entanto, para Rocha (1998), no Brasil, o conceito mais relevante de pobreza é o de extrema pobreza, pois existe ainda no país um contingente significativo de pessoas que não possuem suas necessidades básicas atendidas, mesmo quando definidas de forma estrita. Trata-se, portanto, de definir parâmetros de valor correspondente a uma cesta de consumo mínima, seja ela alimentar (associada à linha de indigência), seja considerando o custo de atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc.

Dessa forma os programas de transferência de renda consistem numa maneira de assistência aos mais pobres³ e estão por todo o mundo. Nos Estados Unidos, a assistência é realizada nos níveis do governo federal, estadual e local, e é regulada pela Lei de Seguridade Social. Os programas vão desde o AFDC - "*Aid to Families with Dependend Children*" – (Ajuda a Famílias com Crianças Dependentes) garante renda periódica para famílias com filhos, desde 1935, as famílias carentes norte-americanas ainda contam com o "*food stamps*" – (Vale-Refeição); com o seguro saúde via "*Medicaid*" – Assistência médica gratuita para famílias de baixa renda; e o "*House Assistance*" (Assistência casa) – programa de auxílio moradia como complementação para o pagamento de aluguel residencial. As famílias em geral ainda podem contar com os recursos provenientes do EITC - "*Earned Income Tax Credit*" –, (crédito fiscal dos rendimentos auferidos), que se tornou o maior programa de transferência direta de renda em nível federal. Todos esses programas somaram benefícios da ordem de US\$ 220 bilhões (AGÊNCIA BRASIL, 2004).

¹Não dispor de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência. No Brasil o Governo Federal adota como medida de extrema pobreza familiar rendimentos mensais abaixo de R\$ 70 por pessoa (Banco Mundial, 2015).

²A pobreza relativa ocorre quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos, nem com pessoas de status social comparável (Banco Mundial, 2015).

³Aqueles que conseguem suprir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, lazer, vestuário, saúde educação e transporte (Banco Mundial, 2015).

O "*Chile Solidário*" oferece aos beneficiários, transferências por um determinado período de tempo, quando devem buscar meios de se tornar independentes. A Colômbia mantém o "*Famílias em Acción*" (Famílias em Ação) um programa de transferência condicional de renda que fornece subsídios para a nutrição e educação para os filhos menores de famílias e grupos indígenas que vivam em extrema pobreza. Os mexicanos em extrema pobreza têm o "Oportunidades", como principal programa federal de transferência de renda. O programa prevê o apoio à saúde, nutrição, educação e renda através de subsídios dirigidos a mulheres chefes de domicílio. Na Nicarágua, o "*Red de Protección Social*" (Rede de segurança social) criado em 2000, transfere renda sob a condição de que todos os moradores do domicílio visitem postos de saúde e seminários, e as crianças frequentem a escola (MADEIRO, 2013).

Já na Turquia, o programa foi voltado para o lado leste do país, que é mais religioso e conservador no qual as meninas não iam para a escola e a condição principal era que as meninas fossem para a escola para o pagamento ser liberado. Na África, como a estrutura estatal é bem diferente da brasileira, optou-se por um controle menos rígido porque não há quadros de funcionários para checar bem a presença na escola, nem como fazer pagamentos com cartão. Mas, para receber o auxílio, as mães precisam assistir a uma aula sobre a importância da educação e da nutrição e deu certo também. Os programas de transferência de renda têm o mesmo conceito e a mesma idéia, mas que se adaptam à realidade de cada país (ALECRIM, 2014).

Quanto ao Brasil, destacam-se o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o PBF (Programa Bolsa Família). O BPC é uma transferência mensal de renda destinada a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, em ambos os casos com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. O direito a um salário mínimo mensal para essas pessoas foi estabelecido na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1993. O BPC não exige contrapartidas de comportamento — as chamadas condicionalidades — de seus beneficiários. Já o PBF é um programa de transferência mensal de renda que surgiu, no final de 2003, a partir da unificação de uma série de programas preexistentes, inspirado pelo programa de renda mínima vinculado à educação, o bolsa escola (MDS, 2014).

O Programa Bolsa Família deve atender a famílias cuja renda familiar *per capita* seja inferior a R\$ 60,00 mensais e famílias de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos

cuja renda *per capita* seja inferior a R\$ 120,0 (valores de outubro de 2006)⁴. A seleção dos beneficiários é, em geral, realizada pelos órgãos municipais de assistência social. O recebimento das transferências é condicionado a contrapartidas comportamentais nas áreas de educação e saúde — essencialmente: frequência à escola, vacinação de crianças e acompanhamento pré e pós-natal de gestantes e nutrízes⁵—, de acordo com a composição das famílias beneficiárias (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Neste contexto, Silva (2010) aponta que a temática da pobreza tem sido objeto de preocupação no campo teórico-conceitual e social, verificando-se explicações sobre a emergência, persistência e sua ampliação globalizada, nesse processo, sua redução é considerada necessária para permitir que o sistema de produção capitalista continue. Entretanto, Silva (2010) identifica diferentes concepções que conduzem a construção e a prática de alternativas de políticas públicas.

O desenvolvimento social brasileiro com foco nos programas de transferências sociais criados a partir da década de 1990 se modificou muito e estão apresentando uma nova realidade. Quanto aos indicadores de desenvolvimento, a pobreza brasileira é resultado de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que parte da população não se beneficiou e nem se beneficiam com oportunidades de capacitação, liberdade e acesso a direitos universais, tais como à educação e à saúde (ALMEIDA, 2010).

Mas dados oficiais demonstram uma acelerada taxa de crescimento dos ganhos das camadas mais pobres, de forma a permitir que a extrema pobreza brasileira diminua em ritmo três vezes superior ao que previam as metas do milênio da ONU (Organização das Nações Unidas), segundo o (IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).

De acordo com as informações do Banco Mundial, (2015) entre os anos de 2004 e 2014, o Brasil viveu uma década de progresso econômico e social em que mais de 26 milhões de pessoas saíram da pobreza e a desigualdade foi reduzida significativamente. A renda dos 40% mais pobres da população cresceu, em média, 6,1% (em termos reais), em comparação aos 3,5% de crescimento da renda da população total. No entanto, a redução da pobreza e desigualdade vem mostrando sinais de estagnação desde 2013.

⁴ O valor atualizado de 2016 é de R\$85,00 extremamente pobres e R\$ 170,00 pobres (MDS,2016).

⁵ Nutrízes são Pessoas que amamentam (DICIO, 2016).

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O Bolsa Família acabou tendo um impacto significativo, explicando entre 12 e 21% da redução do Coeficiente de Gini⁶ nos últimos anos. Deve-se ressaltar que a queda no coeficiente de Gini a partir do início dos anos 2000 pode ser considerada inédita, desde que começou a ser mensurado, nos anos 1970 (IPEA, 2013). Portanto instalou-se um amplo debate acerca de seu potencial para reduzir a pobreza e promover queda na desigualdade de renda existente no Brasil.

Outra questão a ser discutida é a má gestão desses programas através dos desvios de seus objetivos como, por exemplo, os recursos não estarem sendo destinados aos indivíduos considerados verdadeiramente pobres ou ainda, que o montante de recursos do programa não é suficiente para surtir efeito sobre os índices de pobreza.

Nesse sentido o trabalho levantará questões relevantes para a sociedade no sentido de discutir, se os programas sociais como Bolsa Família tiveram efeito importante tanto na redução da pobreza quanto na melhora nas condições de vida. Os indivíduos poderiam estar condicionados a permanecer na pobreza para continuar recebendo esses benefícios? Qual aspecto precisa melhorar no Programa?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é analisar os efeitos dos programas de transferência de renda no Brasil na diminuição da desigualdade social no país.

1.2.2 Objetivos Específicos

-Identificar o número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família de cada ano de 2004 a 2014 no Brasil e em Dourados-MS.

-Descrever a evolução do índice de indivíduos extremamente pobres no Brasil, no período de 2004 a 2014.

-Analisar a renda domiciliar *per capita* média dos extremamente pobres do mesmo período.

- Comparar a taxa de matrículas de crianças e jovens de até 17 anos no período de 2004 a 2014 no Brasil e em Dourados – MS.

⁶O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade (IPEA, 2004).

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante de críticas à eficácia dos programas de transferência de renda no Brasil, o presente trabalho analisa os efeitos do programa de transferência de renda Bolsa Família na diminuição da extrema pobreza no país. Conseqüentemente este se justifica por tratar de uma temática muito importante e ao mesmo tempo um assunto que traz muitos questionamentos. A transferência de renda mostra-se uma solução positiva para muitas famílias que enfrentam a pobreza desde a extrema à mais moderada.

É uma ajuda que vem sendo aplicada desde 2004 e ajuda milhares de famílias a enfrentar a difícil batalha contra a pobreza, mostrando também uma influência positiva na escolaridade das crianças destas famílias, tendo como condicionalidades todas estarem estudando.

No entanto surgem muitas dúvidas quanto à eficácia deste método, por isso este trabalho aborda e analisa as principais variáveis que possam esclarecer quanto à eficiência do Programa Bolsa Família e se o mesmo pode estar ajudando as famílias ou apenas condicionando-as ao comodismo.

Conseqüentemente este trabalho poderá ajudar a esclarecer essas desconfianças, e também ajudar na elaboração de novas medidas para a melhor distribuição do benefício e sistematização do mesmo, para que este chegue as mãos de quem realmente precise e que não se torne o único meio de sobrevivência dessas famílias.

1.4 ESTRUTURAS DO TRABALHO

O trabalho segue estruturado em cinco seções, a seção um trás a introdução. A seção dois apresenta a revisão bibliográfica, destacando os estudos feitos sobre transferência de renda e desigualdade social, a fundamentação teórica sobre os programas de transferência de renda sob a ótica dos direitos humanos, sua abrangência e evolução, bem como as discussões e debates que envolvem o assunto. Na seção três consta a metodologia, apresentando a área de estudo e fontes de dados e tipo de pesquisa. A seção quatro trás os resultados obtidos no presente trabalho seguida da seção cinco que apresenta as considerações finais, por fim apresentam-se as referências utilizadas no estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Nesta seção serão apresentados estudos realizados sobre os programas de transferência de renda do Brasil e seus resultados.

2.1 REVISÃO TEÓRICA.

A necessidade de políticas sociais de transferência de renda surgiu no século XVIII com Tomas Paine, mas foi somente em 1975 que foi criada a *Speenhamland Law* (Lei Speenhamland⁷) justamente no momento do agravamento da pobreza pelo novo contexto do capitalismo industrial. Ela visava garantir uma complementação de renda para os pobres com base no preço do pão e na quantidade de filhos. Aqui se verifica que a assistência pela primeira vez foi estendida aos pobres trabalhadores (MAIOR 2015).

Conforme Barros, Foguel e Ulysea (2007) descrevem, a erradicação da pobreza, assim como a redução substancial dos níveis de desigualdade no Brasil, são metas difíceis de alcançar em um curto prazo sem que se ocorra mecanismos de redistribuição.

Os programas de transferência de renda de natureza não contributiva são exemplos claros desse tipo de mecanismo. Existentes já há várias décadas, tais programas passaram por inovações e por uma grande expansão a partir do fim da década de 1990 (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007, p. 87).

Mesmo que ainda necessite ajustes em sua implementação, as famílias mais pobres são as que recebem a maior parte dos recursos de transferência. Para Barros, Foguel e Ulysea (2007) os programas realmente causam impactos visíveis na redução da proporção de pobres e foram responsáveis por uma fração importante da queda de desigualdade de social no Brasil, entre 1995 e 2004.

Segundo Castro e Modesto (2010), a política social vem contribuindo para a construção de um novo patamar de integração e de coesão social, fortalecendo direitos, promovendo igualdade e alterando o quadro da pobreza. O gasto social cumpre um papel importante e dinâmico na economia brasileira, sendo que os programas e as políticas mais progressivos são exatamente aqueles cuja contribuição é mais efetiva para o crescimento econômico.

Políticas e programas sociais que operam benefícios monetários podem oferecer proteção às pessoas em situação de pobreza, produzir impactos na redução da desigualdade de renda e atuar

⁷Lei Speenhamland; Garantia ao homem um mínimo de subsistência independente de sua contribuição em impostos (RAINER GONÇALVES SOUSA, 2016).

preventivamente contra situações de vulnerabilidade e risco social (CASTRO; MODESTO, 2010, p.330).

De acordo com Maior (2015), Friedman também defendia o direito a diminuição da pobreza através da criação de um sistema de auxílio de distribuição de moeda. A seleção teria como critério atender aqueles que não alcançassem no mercado rendimentos iguais ao mínimo para taxaço de impostos federais. Essa forma de transferência monetária chamou-se imposto negativo, essa proposta de Friedman influenciou muitos programas de transferência de renda posteriormente.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA.

Em seu *Comunicado nº 75*, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela a importância que os gastos sociais adquiriram no Brasil para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução das desigualdades. Segundo o estudo, que usou como base dados de 2006, cada R\$ 1 gasto com educação pública gera R\$ 1,85 para o PIB, e o mesmo valor investido na saúde gera R\$ 1,70 (IPEA, 2011).

O crescimento pró-pobre⁸ registrado nos últimos anos contrasta radicalmente com os acontecimentos de períodos anteriores, pois significa que pela primeira vez em muito tempo se conseguiu não só aumentar a renda, mas também fazer que os frutos deste crescimento sejam apropriados de maneira significativa pelos mais pobres (IPEA, 2010, p.45).

De acordo com Almeida (2010) o Programa Bolsa Família tem 12,7 milhões de beneficiários, cada um recebendo no mínimo R\$ 68 – o benefício pode agregar ainda outros ganhos, o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza dependendo do número de filhos matriculados na escola pública. O número de famílias atendidas pelo Bolsa Família é quase de 13 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Nesse campo, importantes avanços devem ser registrados.

Constatou-se que o Programa era efetivo na redução dos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda; que não produzia incentivos inadequados sobre a oferta de trabalho; que aumentava a frequência e a aprovação escolar elevava os níveis de vacinação no período apropriado e reduzia a desnutrição infantil; e que melhorava o acompanhamento médico das mulheres grávidas (CASTRO; MODESTO, 2010, p.15).

⁸O crescimento econômico é tido como pró-pobre se houver um aumento da renda dos mais pobres acima da elevação da renda média (IPEA, 2016).

Para Montali e Tavares, (2008), houve a redução de domicílios sem rendimentos, porém os domicílios com rendimentos mais baixos, as transferências de renda não mostraram favorecimento para diminuição da situação de pobreza, os mesmos citam que o que diminuiu foi a situação de indigência e só a transferência de renda em si não surte um efeito duradouro.

É fundamental a implementação de programas complementares de geração de renda, de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho e de iniciativas para a redução de desigualdades de gênero e raça no acesso ao trabalho e nos rendimentos auferidos pelo trabalho (MONTALI; TAVARES, 2008, p. 228).

Segundo Oliveira e Brandão, (2014), as definições de pobres mudam de acordo com os programas, ou seja, quem é pobre para receber o BPC não está na linha de pobreza necessária para receber o Bolsa Família. Isso implica a necessidade de se pensar a adoção de métodos que incorporem além dos mínimos vitais àqueles referentes aos gastos não alimentares, como: moradia, transporte, vestuário, entre outros.

De acordo com a análise feita por Santos e Gomes (2015) a educação, é um dos eixos principais do programa, apresenta-se concretamente como alternativa eficaz não só de combate à pobreza e às desigualdades sociais, mas também como estratégia de inclusão socioeducativa. Ficou demonstrado, portanto, que o desempenho escolar pode sobrepor com a frequência obrigatória, muito embora a maioria dos professores não tenha considerado que o PBF tenha tido tal impacto na vida escolar dos seus alunos.

As autoras acima também expõem que em relação aos fatores que influenciam no desempenho escolar, notou-se um indicador bastante interessante nos discursos dos professores, onde a maioria dos entrevistados afirmou que a obrigatoriedade influencia negativamente no processo de aprendizagem, expondo que o aluno que vai obrigado para a escola não possui interesse em aprender. Associou-se o baixo desempenho e a falta de motivação dos alunos à obrigatoriedade da frequência escolar do PBF.

Todavia, é visível a contribuição que ela tem exercido na redução das taxas de evasão, portanto, na ampliação e permanência no sistema educacional. Conclui-se afirmando que, por meio do PBF, o poder público tem garantido não só a permanência na educação básica para os alunos em idade escolar, mas tem-se constituído como proteção ao direito à educação (SANTOS; GOMES, 2015, p. 442).

Entre 1996 e 2009, a escolaridade média de quem procurava emprego passou de 5,4 anos de estudo para 7,3 – um aumento de 35% na qualificação dos trabalhadores em 13 anos, que contribuiu para a queda da desigualdade no sentido de “capital humano”. (Cariello,

2014). O aumento no nível de educação resulta em acréscimos de produtividade que, por sua vez, eleva o nível de salário real, de acordo com a teoria do capital humano.

Dessa forma regiões que possuem um maior estoque de capital humano apresentam um salário médio superior às demais. Além da elevação dos salários, a concentração de conhecimentos gera externalidades positivas para a região. O padrão de crescimento desta região se torna mais dinâmico induzindo a entrada de novos investimentos e propagação de novos conhecimentos e habilidades.

O Brasil avançou muito em relação ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio⁹ e pavimentou o caminho para cumprir as metas até 2015. O desempenho brasileiro só foi possível em função da participação social e de uma série de políticas públicas colocadas em curso nos últimos anos que trouxeram impactos positivos sobre os ODM (BRASIL, 2015).

Logo, para Marinho, Linhares e Campelo (2011), enquanto esses programas provavelmente cumpram sua função assistencialista, parece que não são eficazes em reduzir a pobreza no país. Essas políticas deveriam, portanto, passar por uma profunda reavaliação no sentido de identificar o porquê da ausência de efeito sobre o quadro da pobreza.

Lavinias e Varsano (1997) acreditam que, se não forem instituídos programas de educação e de geração autônoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por um programa de transferência de renda retornar à condição de pobreza, com o término do programa, é muito alta.

Para Silva e Seild (2013), projetos sociais que atendem família sem situação de pobreza necessitam sempre levar em consideração o contexto de vida e as formas pelas quais cada família responde as adversidades, colaborando de forma mais positiva para a inclusão destes, fazendo-os sentir amparado.

Embora as ações apresentadas pelos programas pareçam grandiosas, são incapazes de combater a desigualdade historicamente construída no Brasil. Constata-se que a Política de Assistência Social foi criada em meio a contradições e vem ao longo dos anos se mostrando incapaz de responder as demandas postas por seus usuários/as, assumindo apenas o acesso da população pobre ao mercado, tornando cidadão sem consumidores (NASCIMENTO; RAIMUNDO, 2014).

⁹Os objetivos do milênio são 8: Redução da pobreza; Atingir o ensino básico universal; Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade na infância; melhoras a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2015).

Carvalho Jr. (2006), mostra que programas com base em atendimento assistencial e em distribuição de produtos à população necessitada têm maior impacto distributivo e focam melhor a população mais carente. Estes programas podem vir acompanhados de programas de capacitação, podendo romper no futuro o círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo por gerar um potencial de ganho de renda autônoma com a sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Schwartzman (2006), recursos destinados aos programas teriam tido maior impacto se fossem utilizados para fortalecer as escolas e seus vínculos locais e diretos com as comunidades das quais participam. Os programas específicos que apóiam ações descentralizadas de governos estaduais, municipais e da comunidade, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, parecem ser muito mais bem sucedidos do que programas de transferência direta como o Bolsa Família.

Do ponto de vista de Carvalho Jr (2006), os programas de transferência de renda causariam um impacto maior na região rural ou menos desenvolvida, pois assim possibilitaria o desenvolvimento local com mais circulação de dinheiro na região. Quanto nas regiões urbanas deveria ser concentrado gastos em capacitação.

O BPC e PBF respondem estimadamente por 23% da queda da desigualdade de renda ocorrida entre 2001 e 2004¹⁰. Somados, eles cobrem mais de 13 milhões de famílias de baixa renda no Brasil. Seus benefícios são indiscutíveis, mas há sempre o questionamento quanto ao custo. Logo, em 2005, o gasto total com as transferências de renda no Brasil por meio do BPC e do PBF foi de aproximadamente 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Apenas para referência, no mesmo ano o gasto financeiro federal com juros da dívida pública alcançou 6,7% do PIB (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007).

O que realmente importa aqui é deixar claro que as restrições fiscais brasileiras não podem ser atribuídas aos programas de transferência focalizada e que é insensato impedir sua atual expansão ou criticar sua sustentação sob a justificativa de que causam pressão excessiva nos orçamentos públicos (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007, p.19).

Existe também o questionamento se não seria melhor aplicar o dinheiro das transferências em investimentos. Porém Medeiros, Brito e Soares (2007), mostram que os dois andam juntos, são complementares, pois as transferências permitem que as famílias consumam mais e com o aumento do consumo tende-se a aumentar a produção, logo haverá investimentos por parte dos empresários.

¹⁰ “Nota técnica sobre a recente queda da desigualdade”(IPEA, 2016).

Existem regiões que dependem totalmente dos recursos de transferência de renda, e que por causa destas aumentaram seu PIB significativamente, porém o impacto maior é na área rural, não havendo grande impacto sobre o setor industrial dos municípios. Mas, de acordo com Tupy e Toyoshima (2013), apesar dessa dependência dos programas não se observou impacto sobre o nível de empregos formais na região analisada, os autores também defendem a criação de programas de ações complementares, para que regiões muito dependentes das transferências para que os mesmos não se tornem uma economia sem produção.

O estudo feito por Oliveira e Cotta (2011), permitiu conhecer o perfil de famílias cadastradas no PBF de um município da Zona da Mata mineira, que muito se assemelha a outros municípios brasileiros, evidenciando a real dimensão da situação de vulnerabilidade social e biológica que as populações carentes estão submetidas. A partir dessas informações o Bolsa Família parece estar protegendo as crianças menores de dois anos contra a anemia ferropriva¹¹, possivelmente devido à influência direta sobre as condições socioeconômicas, nutricionais e imunológicas.

Neste contexto, o Programa Bolsa Família destacou-se como uma das estratégias governamentais mais bem sucedidas no combate à pobreza, criado com característica principal a transferência direta e condicionada de renda, a fim de promover o alívio imediato da pobreza, e das condicionalidades, que reforçam o exercício dos direitos sociais à saúde e à educação. O programa também incentiva a emancipação das famílias, visando à superação do ciclo intergeracional da pobreza (OLIVEIRA; COTTA 2011).

Hoffmann (2006) mostra que os programas de transferência de renda foram fundamentais para reduzir à pobreza no período de 2002-2004, no mesmo período a variação do índice de Gini é de $\Delta G = -0.0185$ verificando-se que 69% dessa redução se deve ao rendimento dos trabalhadores e 31,4% ao aumento da renda das transferências. O autor acredita que devido à pequena redução da pobreza neste período, pode-se dizer que a pobreza nos anos seguintes teria aumentado se não tivesse ocorrido à expansão das transferências governamentais.

No entanto, deve-se expandir, ir além do Bolsa Família, como cita Bem Phillips, coordenador de Campanhas e Políticas da ONG Action Aid¹² em uma entrevista ao BBC.

¹¹Anemia por deficiência de ferro(DICIO, 2016).

¹²A Action Aid é uma organização não governamental internacional que luta contra pobreza, tem programas de patrocínio de crianças e bases operacionais em vários países, incluindo Brasil (CARNEIRO; GOMES, 2015, BBC BRASIL).

O Brasil é um exemplo internacional no combate à pobreza, mas precisa ir além do Bolsa Família se quiser avançar na redução da desigualdade por um caminho sustentável. Programas de transferência de renda, ele diz, devem ser apenas parte de um pacote de medidas (CARNEIRO; GOMES, 2015, BBC BRASIL).

Bem Phillips diz que o programa é muito criticado, e que das críticas mais comuns ele expõe duas que, segundo ele, uma tem sentido e outra não: Dizer que as pessoas que ganham o BF não estão fazendo nada e que ganham uma mesada e se tornam dependentes, essas pessoas não conhecem os efeitos da pobreza e o desespero causado por ela; e, que o BF não substitui o emprego é só um complemento.

Já a crítica que faz sentido é que os programas de transferência de renda nunca são suficientes para diminuir a desigualdade de forma sustentável, deve haver políticas que promovam emprego, melhores salários, é um pacote de medidas que envolvem mais acesso a educação de qualidade principalmente (CARNEIRO; GOMES, 2015).

3 METODOLOGIA

Para Cervo e Bervian (2002), método é o conjunto de processos empregados para atingir uma finalidade. Estes devem utilizar mecanismos já comprovados pela ciência como eficazes, sendo necessário ter uma previsão exata e bem planejada. Por sua vez, o método, segundo Lakatos e Marconi (2000), pode ser entendido como um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Considerando o objetivo geral e os objetivos específicos, a seguir são descritas a caracterização da pesquisa, apresentando os tipos de pesquisa e abordagem, e os métodos de procedimento de coleta de dados. Em relação aos procedimentos de coleta de dados, este trabalho se caracteriza como pesquisa de campo com a aplicação de questionários. Também utilizou-se como fontes de informação pesquisa bibliográfica e documental, em que os dados e as informações foram obtidos em livros, publicações e periódicos. Este tipo de pesquisa baseia-se em dados secundários, ou seja, informações que já apresentam algum tipo de organização e tratamento.

Este estudo sustenta-se fundamentalmente em duas premissas:

- a) na revisão da literatura cuja fundamentação teórica está baseada na pesquisa bibliográfica sobre transferência de renda, pobreza e desigualdade social;
- b) na análise dos dados que descrevem os conceitos, valores, condicionalidades e resultados do Programa Bolsa Família.

Com o propósito de analisar a queda da desigualdade social brasileira com foco nos programas de transferência de renda no período de 2004 a 2014, foi realizada uma análise nos indicadores sociais e na melhoria das condições de vida da população. Por conseguinte serão utilizados dados do IBGE, IPEA e PNAD, tabelas com dados sobre a pobreza extrema no Brasil. As principais variáveis são; taxa de emprego, taxa de escolaridade de crianças até 17 anos, taxa de desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini a partir do ano 2000.

Para medir o índice de qualidade do bem estar, deve-se considerar as seguintes variáveis que compõe este indicador:

- i) Taxa de desemprego;
- ii) Taxa de pobreza;
- iii) Taxa de desigualdade de renda (índice de Gini);

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentam informações sobre as famílias que recebem essas transferências de renda, principalmente o Bolsa Família que juntamente com os dados dos indicadores sociais pode ser feita uma análise do impacto destes programas sociais na desigualdade social do Brasil.

Apesar da dificuldade em fazer uma pesquisa com beneficiários do Programa Bolsa Família, pois o período coincidiu com a mudança governamental e grande desconfiança das pessoas pelo medo de perder o benefício, realizou-se uma pesquisa de campo (APÊNDICE A) com Trinta Famílias beneficiadas com o Bolsa Família em Dourados MS nos meses de Setembro á Janeiro de 2016. A partir dos dados colhidos foi feito uma análise do desenvolvimento das famílias no período em que receberam o benefício, essas famílias foram escolhidas aleatoriamente nos bairros Cachoeirinha, Jardim Clímax, e Novo Horizonte.

Por conseguinte, foi realizada uma análise da quantidade de famílias que recebiam transferência de renda em 2004 das que receberam em 2014 e como essa variável vem se comportando durante os anos, se houve queda ou aumento. Além disso, analisou-se dos dados de educação e renda, para melhor compreensão das consequências dos programas de transferência de renda, podendo explicar se estes melhoram a vida dos seus beneficiários ou os transformam em “preguiçosos”.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área a ser estudada é o Brasil um país com grandes desigualdades sociais e com uma das maiores concentrações de renda do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2013) da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, um país que vem superando os obstáculos da pobreza extrema sendo um dos países que mais contribuiu para o alcance global da Meta A¹³ do ODM 1(Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), reduzindo a pobreza extrema e a fome passando de 25,5% em 1990 para 3,5% em 2012. Apontando que o país alcançou tanto às metas internacionais quanto as nacionais, diminuindo também o analfabetismo na extrema pobreza que, em 1990, era 144 vezes maior a chance de uma família ser liderada por um analfabeto do que liderada por alguém com curso superior (PNUD, 2013).

Apresentando resultados de pesquisa de campo especificamente para Dourados-MS, uma cidade que tem uma população de 212.870 habitantes, 5,63% de pessoas abaixo da linha de pobreza e um índice de GINI de 0,46. Dourados tem uma população de 56.211 homens

¹³Acabar com a fome e a miséria.

com 16 anos ou mais de idade economicamente ativa e uma população de 43.947 de mulheres com 16 anos ou mais de idade economicamente ativa (IBGE, 2016).¹⁴

3.2 TIPO DE PESQUISA

Este estudo refere-se a uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo que segundo Gil (2006, p.27) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias...”. Todavia essa pesquisa tem como objetivo proporcionar a visão geral das transferências de renda na diminuição da desigualdade brasileira. Quanto aos objetivos, esta pesquisa pode se caracterizar como ‘Descritiva’, pois a finalidade é a descrição das características de determinada população ou fenômeno estudado. São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, percepções, atitudes e crenças da população estudada (LAKATOS; MARCONI, 2000).

Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica recuperando o conhecimento científico acumulado sobre um problema e, por conseguinte também uma pesquisa de campo com entrevistas observando os fatos tal como ocorrem para perceber e avaliar as relações estabelecidas.

¹⁴Dados referente ao ano de 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção trará análises do número de famílias beneficiadas pelo programa bolsa família no Brasil e como esta variável se comportou no período. Logo será analisado o número de indivíduos extremamente pobres no Brasil no período de 2004 á 2014. A renda domiciliar *per capita* média dos pobres e extremamente pobres no Brasil também foi analisada para melhor compreensão do desenvolvimento social dessas famílias.

A taxa de analfabetismo do Brasil, assim como a taxa de desemprego e taxa de desigualdade de renda no período de 2004 a 2014 do mesmo modo foram analisados para melhor compreensão da diminuição da desigualdade social do país.

4.1 NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE 2004 A 2014 NO BRASIL.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que procura atender a população mais pobre. No entanto como todo programa, tem suas falhas e muitas vezes não atinge somente as famílias que realmente precisam, além de gerar dúvidas sobre sua eficácia e se as famílias beneficiadas estão melhorando suas condições sociais.

Para trazer mais informações quanto a quantidade de famílias que recebem o benefício e como esse número tem se comportado com o passar do tempo, a Tabela 1 mostra o total dessas famílias até o montante do valor repassado os dados trazem uma evolução significativa dos números de famílias que recebem o PBF, é visível que a quantidade de família aumentou tendo leve oscilação em 2008 e 2014, porém o valor repassado continuou aumentando.

Tabela 1. Famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família no Brasil no período de 2004 a 2014.

Data (ano)	Quantidade de famílias	Valor total repassado do PBF (R\$)	Varição do valor%
2004	6.571.839	3.791.785.038,00	0
2005	8.700.445	5.691.667.041,00	50,11
2006	10.965.810	7.524.661.322,00	32,20
2007	11.043.076	8.965.499.608,00	19,15
2008	10.557.996	10.606.500.193,00	18,30
2009	12.370.915	12.454.702.501,00	17,43
2010	12.778.220	14.372.702.865,00	15,40
2011	13.352.306	17.360.387.445,00	20,79
2012	13.902.155	21.156.744.695,00	21,87
2013	14.086.199	24.890.107.091,00	17,65
2014	14.003.441	27.185.773.070,00	9,22

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDS, Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF) 2016.

Constatou-se que a quantidade de famílias beneficiárias aumentou ou ficaram maiores, mas o fato de algumas regras do programa terem sofrido alterações é uma das explicações. Quando o PBF entrou em vigor havia um limite de três crianças de 0 a 15 anos por famílias inscritas, cada criança representa um acréscimo variável de 35 reais ao benefício básico de 70 reais, com a mudança o limite passou para cinco crianças elevando assim o valor repassado por família (MDS, 2014). Quanto a variação total, notou-se um aumento de 113% no número de famílias no período de 2004 a 2014, já a variação total dos gastos teve um aumento de aproximadamente 900%.

A variação do ano de 2004 até 2006 ocorre devido o programa estar em adaptação e muitas famílias ainda estarem se inscrevendo no mesmo. A partir do ano seguinte tem-se uma diminuição nessa variação até o ano de 2011 em que são mudadas as regras da quantidade de filhos permitidas para inscrição. Com isso há um aumento de quase 21% no gasto e 4% no montante de famílias atendidas em 2011, e em 2012 teve um aumento no gasto de 22% e 2% no total de famílias o que mostra que a quantidade de famílias não é o principal causador dos gastos.

Outra condição que contribuiu para esse aumento de repasse no ano de 2012, foi que neste ano o governo determinou que toda família beneficiária com filhos de até 6 anos e em condição de extrema pobreza deveriam receber uma complementação de renda para que assim pudessem superar essa condição.

Analisando a quantidade de beneficiários do PBF das quatro maiores cidades de Mato Grosso do Sul que são Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá a única que teve uma queda na contagem de beneficiários foi Três Lagoas com uma inclinação de apenas 5%. Enquanto que Corumbá foi a que mais cresceu no número de beneficiários, subindo para 65% essa soma, como mostra a Figura 1.

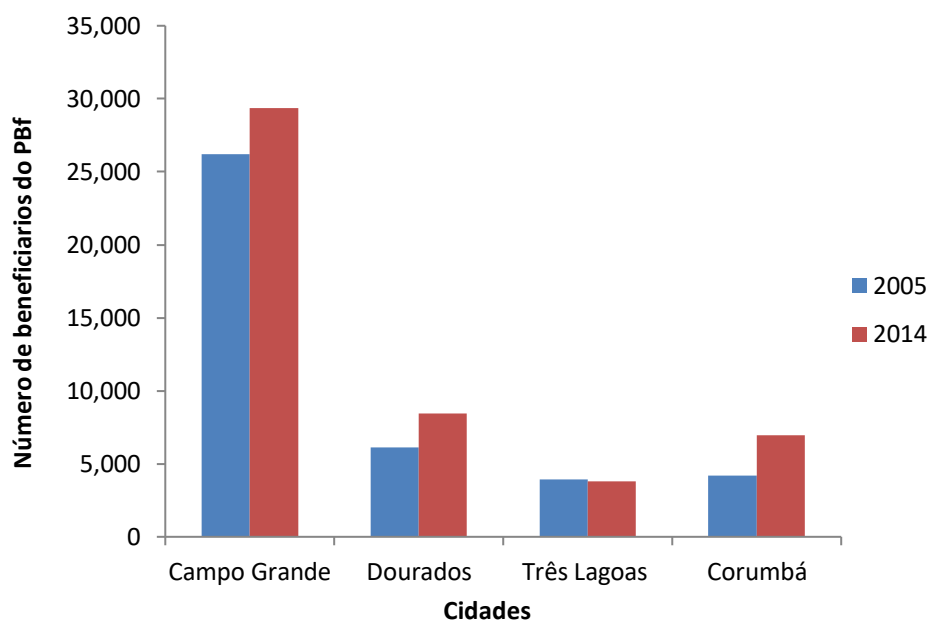


Figura 1. Número de beneficiários do PBF nas quatro maiores cidades do MS nos anos de 2005 á 2014.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ministério do desenvolvimento social e combate a fome-MDS (2016).

Ainda fazendo relação entre as cidades da Figura 1, a proporção de beneficiários em relação a população das devidas cidades nos anos de 2005 e 2014, nota-se que Campo grande manteve a proporção de 3,5% e Dourados aumentou de 3,4% em 2005 para 4,0% em 2014. Mas quem obteve a maior elevação no número de pessoas que recebem o PBF em relação a sua população, foi Corumbá, que alcançou 6,5% de sua população total no ano de 2014 um aumento de mais de 2 pontos percentuais no intervalo de 9 anos, como mostra a Figura 2 a seguir.

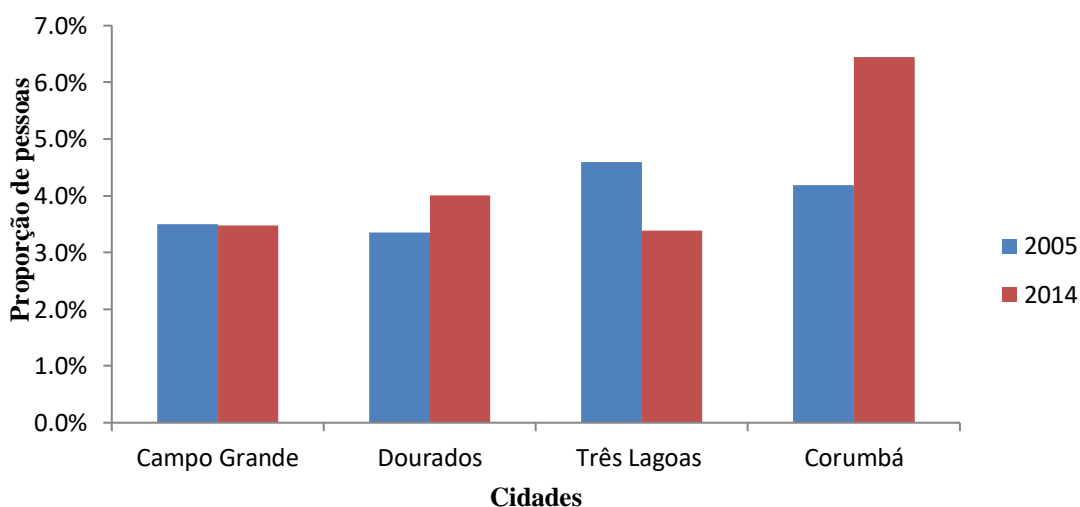


Figura 2- Proporção de pessoas beneficiadas pelo PBF em relação a população total do município nos anos de 2004 á 2014.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2016).

Analisando a cidade de Dourados, na Figura 3 é possível notar que houve períodos de queda no número de famílias que recebem o PBF. Este período vai de 2006 a 2008, a partir desse ano a quantidade de famílias só aumenta, acompanhando o mesmo ritmo do Brasil.

No entanto quanto à proporção dos beneficiários de Dourados em relação a Mato Grosso Do Sul, os anos com maiores proporções foi os de 2005 á 2007. A partir de 2008, Dourados diminui a proporção de beneficiários do PBF em relação ao total do Mato Grosso do Sul e a queda continua até o ano de 2014. Desse modo, Dourados apresenta uma melhora em nível estadual e com isso uma diminuição da desigualdade social no período.

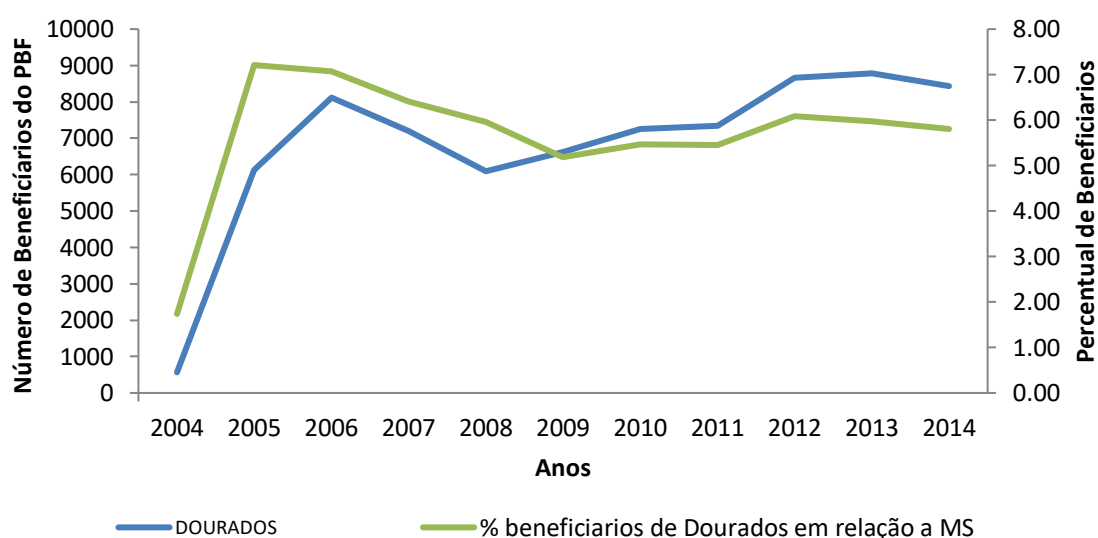


Figura 3- Número de famílias beneficiária do PBF em Dourados no período de 2004 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ministério do desenvolvimento social e combate a fome-MDS (2016).

É esperada uma diminuição dos beneficiários quando há uma melhora nas condições de vida das famílias, assim as famílias não precisariam mais do benefício e se desligariam do programa. No entanto nesse intervalo de 10 anos o número de famílias beneficiária do PBF aumentou 37% em relação a 2005. Contudo na pesquisa realizada em Dourados-MS, verificou-se que 10% das famílias têm mais de cinco filhos, e 26% recebem o benefício há mais de cinco anos o que mostra o porquê dessa quantia não diminuir. Além dos que estão entrando no PBF a cada ano tem os que já estão no programa há muito tempo por conta do número de filhos

A pesquisa de campo mostrou que o vínculo com o programa é muito grande, passado de mãe para filha. Das famílias entrevistadas 36% têm mães que receberam ou recebem o Bolsa Família o que mantém a soma de beneficiários alta. E apesar do número de filhos ter diminuído, notou-se que o PBF está sempre presente na vida das famílias mais pobres, mesmo

das que tem apenas um filho, pois a informalidade empregatícia ainda é alta entre as famílias de baixa renda como foi constatado na pesquisa, onde, das mulheres entrevistadas que trabalham apenas 30% possuem carteira assinada.

4.2 INDIVÍDUOS EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL, CENTRO OESTE E MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 2004 A 2014.

O foco do PBF é tirar as famílias extremamente pobres dessa situação e com isso promover a igualdade social. Logo os dados da Tabela 2 mostram que o número de pessoas em pobreza extrema diminuiu 66% no Brasil no período de 2004 a 2014. A região Centro Oeste teve uma queda de 76% na quantidade de pessoas extremamente pobres no período analisado e correspondia a 3,12% do total de indivíduos extremamente pobres do Brasil no ano de 2004 caindo para 2,13% em 2014.

Mato Grosso Do Sul teve uma redução de aproximadamente 80% no número de pessoas extremamente pobres no período de 2004 a 2014. Em 2004 o estado era responsável por 19% de todos os indivíduos extremamente pobres do Centro Oeste e passou para 16% em 2014, porém esse não foi o menor índice já que em 2012 ele correspondia a apenas 13% do total do Centro Oeste. Mas essa diminuição pode ter muitas variáveis envolvidas.

Tabela 2. Número de indivíduos extremamente pobres no Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso Do Sul no período de 2004 a 2014

Ano	Brasil	Região Centro-oeste	Mato Grosso do Sul
2004	23.577.095	734.626	142.532
2005	20.889.220	745.704	146.682
2006	17.315.355	565.767	104.966
2007	16.504.043	505.670	74.963
2008	14.032.928	474.013	72.283
2009	13.597.606	464.693	63.147
2011	11.772.648	317.633	48.883
2012	10.081.225	284.153	39.425
2013	10.452.383	366.740	57.426
2014	8.191.008	174.806	29.083

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)(2016).

Um fator que contribuiu para a queda do número de pessoas extremamente pobres é o fato de o governo liberar mais recursos para pessoas na linha de extrema pobreza com filhos de até seis anos. O Benefício para a Superação da Extrema Pobreza - BSP refere-se ao equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de

extrema pobreza (R\$ 77,00), para que as mesmas possam superar essa condição. Logo aumentando os recursos destas famílias a renda *per capita* das mesmas também se elevou e muitas famílias saíram da linha de extrema pobreza.

Contudo houve uma queda de 54% dos domicílios extremamente pobres no Brasil, sendo que das cinco regiões a que mais diminuiu a quantidade de domicílios extremamente pobres foi a Centro-Oeste que teve uma queda de 65% no período de 2004 a 2014. Seguida do Sul com 61% e Nordeste com 56% de queda em domicílios com renda *per capita* de até 70 reais, como mostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3. Número de domicílios com renda *per capita* de até R\$ 70,00, no Brasil e Grandes Regiões no período de 2004 a 2014.

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004	4.937.374	464.213	2.856.069	1.063.911	379.845	173.336
2005	4.383.137	400.228	2.527.780	928.068	348.684	178.377
2006	3.740.558	357.242	2.202.765	749.748	286.982	143.821
2007	3.800.546	392.291	2.180.759	815.441	269.342	142.713
2008	3.334.730	317.618	1.915.880	713.343	249.643	138.216
2009	3.333.336	320.300	1.905.791	730.217	234.877	142.151
2011	3.106.269	367.888	1.745.378	664.748	216.515	111.740
2012	2.847.021	300.839	1.544.795	684.674	211.901	104.812
2013	3.052.361	328.971	1.572.132	794.372	220.996	135.890
2014	2.277.971	253.486	1.274.592	537.653	150.573	61.667

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016).

A tabela acima mostra que o número de domicílios no Brasil e Grandes Regiões com renda *per capita* de até 70 reais diminuíram no período de 2004 a 2014. Apesar disso, há uma grande questão no que se refere à definição de extrema pobreza, pois se essa linha não levar em conta a inflação do período essa definição pode estar distorcida.

De acordo com Amato e Matoso (2014), a linha de extrema pobreza passou de 70 reais para 77 reais em 2014. Mas esse reajuste não acompanhou a inflação desde 2009 quando a linha de extrema pobreza era de 70 reais, se a correção fosse segundo o Banco Mundial o valor seria de 100 reais pelo menos, deixando muitas pessoas fora da linha de extrema pobreza com essa distorção.

Contudo, a região com mais domicílios extremamente pobres, ou seja, com renda *per capita* de até 70 Reais é o Nordeste que representava em 2004 aproximadamente 57% dos domicílios nessa condição no Brasil e mesmo com uma queda não baixou de 55% em 2014. Deixando em evidência o quanto é uma região carente e mesmo com recurso como Bolsa Família não é o suficiente para melhorar a desigualdade social dessas famílias.

O Centro-Oeste mostra-se a região com menos desigualdade social, já que em 2004 correspondia à apenas 3,5% aproximadamente, dos domicílios extremamente pobres no Brasil e com o passar de 10 anos passou para 2,7%.

Comparando a Tabela 2 e 3 tem-se uma média de aproximadamente de 4 pessoas por domicílio em 2004 e em 2014 esse número cai pra aproximadamente 3 pessoas por domicílio. Isso mostra que o tamanho das famílias não está aumentando, portanto elas estão melhorando sua condição social mesmo que em pequenas proporções.

Na pesquisa feita com as famílias beneficiárias do PBF em Dourados- MS 94% dos entrevistados declaram uma melhora em sua condição social, e 66% das mulheres afirmaram que trabalham fora e 40% das mesmas têm apenas um filho e 10% delas tem mais de cinco filhos. Isso colabora para que essas famílias tenham uma renda *per capita* acima do nível da extrema pobreza, já que houve um aumento de empregos e diminuição dos filhos.

O PBF colaborou para esta melhora, pois a exigência das crianças na escola trouxe oportunidades aos filhos. Além do dinheiro do benefício ajudar a trazer alimentos para a mesa de 83% das famílias entrevistadas, colaborando assim para o desenvolvimento social das mesmas.

4.3 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2014.

A Tabela 4 mostra que os anos mais difíceis para as famílias extremamente pobres foram os de 2011 a 2013 onde a renda *per capita* alcançou o mais baixo nível de sua média o que trás novamente a discussão sobre a falta de correção de acordo com a inflação, podendo essa média ser até maior, já renda domiciliar *per capita* dos pobres teve um aumento contínuo no mesmo período.

Tabela 4: Renda domiciliar *per capita* – média no Brasil, no período de 2004 a 2014 em reais.

Anos	Extremamente pobres	Pobres
2004	69,55	132,55
2005	70,05	134,46
2006	69,04	136,98
2007	63,88	135,49
2008	65,51	138,76
2009	63,97	138,15
2011	58,34	137,34
2012	58,19	139,59
2013	57,33	141,51
2014	73,16	161,96

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)(2016).

Não há nada que indique um motivo específico para que as famílias extremamente pobres não tenham melhorando sua renda. Afinal, não houve aumento de natalidade, principalmente entre as famílias beneficiárias do PBF como mostra a PNAD (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIO), onde a quantidade de filhos de até 14 anos caiu 10,7% no Brasil. E quanto às famílias vinte por cento mais pobres a queda foi de 15% e a grande parte dos beneficiários do PBF fazem parte desse extrato dos vinte por cento mais pobres.

Apesar da renda média *per capita* dos extremamente pobres não ter mostrado aumento o índice de extrema pobreza no Brasil caiu de 13% em 2004 para 4% em 2014. Essa queda trouxe uma nova expectativa para a população e a esperança de melhores condições de vida, baseando essa melhora nos programas de transferência de renda como o PBF, já que o governo através das políticas sociais colaborou para que diminuísse ao máximo a proporção de famílias extremamente pobres, o que realmente surtiu efeito de acordo com os dados da Tabela 5.

Tabela 5. Proporção de extremamente pobres e pobres em relação a população total do Brasil nos anos de 2004 a 2014

Ano	Extremamente pobres	Pobres
2004	13,22	33,71
2005	11,5	30,83
2006	9,45	26,75
2007	8,96	25,36
2008	7,56	22,6
2009	7,27	21,41
2011	6,31	18,42
2012	5,29	15,93
2013	5,5	15,09
2014	4,2	13,29

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016).

Diante dos dados da Tabela 5, é possível notar que o Brasil reduziu mais que a metade dos seus pobres e extremamente pobres em 10 anos, evidenciando que a desigualdade social em 2014 é menor em relação a 2004. Isso mostra que investimentos em políticas sociais têm sim um efeito positivo na população de baixa renda. Principalmente por se tratar de programas que estimulam a educação e saúde, que são pontos chave para o desenvolvimento social de um país, tendo em vista que a pobreza Brasileira muito tem haver com a falta de benefícios básicos como educação, saúde e capacitação da população.

4.4 TAXA DE ANALFABETISMO DE CRIANÇAS DE 10 A 17 ANOS.

Diminuir a taxa de analfabetismo de um país é essencial para a melhor avaliação social da sua população, essa é uma luta constante em qualquer lugar e quando alcançado esse objetivo, muito tem a se comemorar.

No Brasil, a taxa de analfabetismo geral, segundo o IBGE caiu de 12,8 % no ano 2000 para 9% em 2010, e também houve queda na taxa para pessoas de 10 a 17 anos de idade no intervalo de 2004 a 2014 como mostra a Tabela 6.

Tabela 6. Taxa de pessoas analfabetas (%) no Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso do Sul de 2004 a 2014.

ANO	BRASIL		CENTRO OESTE		MATO GROSSO DO SUL	
	10 a 14 ANOS	15 a 17 ANOS	10 a 14 ANOS	15 a 17 ANOS	10 a 14 ANOS	15 a 17 ANOS
2004	3,8	2,1	1,4	1,1	1,4	0,0
2005	3,4	1,9	1,3	0,7	1,6	0,7
2006	3,1	1,6	1,0	0,6	1,0	0,5
2007	3,1	1,7	1,5	0,7	1,4	0,9
2008	2,8	1,7	1,4	1,4	0,7	0,2
2009	2,5	1,5	1,0	0,5	1,1	1,1
2011	1,9	1,2	0,8	0,5	0,3	1,2
2012	1,8	1,0	0,8	0,4	0,9	0,3
2013	1,7	0,8	0,9	0,4	1,2	0,3
2014	1,8	0,9	0,9	1,0	1,3	1,8

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Apesar do avanço muitas pessoas ainda não sabem ler e escrever no Brasil. Porém cada dia mais o número de matrículas para crianças de 10 a 17 anos de idade aumentam significativamente. Isso pode ser um reflexo das condições impostas às famílias beneficiárias do PBF, para que mantenham seus filhos na escola para que possam receber o benefício já que segundo os dados fornecidos pelo IBGE aproximadamente 97% das crianças dessa faixa etária estão na escola.

É importante ressaltar que a educação é um dos determinantes para o índice de desenvolvimento humano (IDH). Quanto menor for a taxa de analfabetismo, há mais chance de diminuir a desigualdade social.

A pesquisa de campo feita em Dourados - MS mostrou que 95% das crianças beneficiadas com o PBF frequentam a escola regularmente. Dourados também apresenta um aumento no número de matrícula na pré-escola e no ensino fundamental, esse número aumentou em mais de mil alunos no período de 2008 a 2014, o que distancia mais crianças do analfabetismo. Dados do Plano Municipal de Educação – PME (2015), de Dourados, mostra que 97% dos jovens de seis a quatorze anos estão matriculados no ensino fundamental.

4.5 EMPREGO

As famílias beneficiárias do PBF dependem cada vez menos do programa, cerca de sete em cada dez trabalham, fazem “bico” e usam o benefício apenas como complementação, para compra de materiais escolares e alimentos, principalmente, afinal, o valor pago não seria o suficiente para que não precisassem trabalhar.

De acordo com o IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, (2015), o Brasil apresentou uma queda do desemprego de 2004 a 2014 como não se via desde os anos 1970. Nesse período, também houve uma melhora em termos de rendimento, diminuiu a informalidade, o número de jovens trabalhando diminuiu, por consequência de uma melhora no emprego da família e melhor salário e melhoria de renda em geral.

Logo os jovens não precisando trabalhar focaram nos estudos, em cursos técnicos públicos, qualificando-se para um mercado de trabalho mais exigente com carência de mão de obra especialmente qualificada.

Por conseguinte, como mostra a Tabela 7, o desemprego não possui uma correlação direta com os beneficiários do PBF. Pois mesmo com o aumento da quantidade de famílias beneficiárias o desemprego caiu.

Tabela 7. Taxa de Desemprego no Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso do Sul nos anos de 2004 a 2014.

Data	Brasil	Centro Oeste	Mato Grosso do Sul
2004	9,7	8,6	7,5
2005	10,2	10,2	9,2
2006	9,2	8,8	8,5
2007	8,9	8,7	6,5
2008	7,8	7,9	7,9
2009	9,0	8,5	7,2
2011	7,3	6,1	4,9
2012	6,7	5,4	3,7
2013	7,1	5,9	3,9
2014	7,5	5,8	4,5

Fonte: Elaboração própria com dados do IPEA (2016).

A Tabela 7 mostra que o desemprego caiu dois pontos percentuais no Brasil, quase três pontos percentuais no Centro Oeste e em Mato Grosso do Sul a queda foi de três pontos percentuais. Mostrando que o desemprego caiu de forma geral no período analisado. Em Dourados dados do Ministério do Desenvolvimento Social mostram que os vínculos empregatícios aumentaram do período de 2007 a 2015, como mostra a Figura 4.

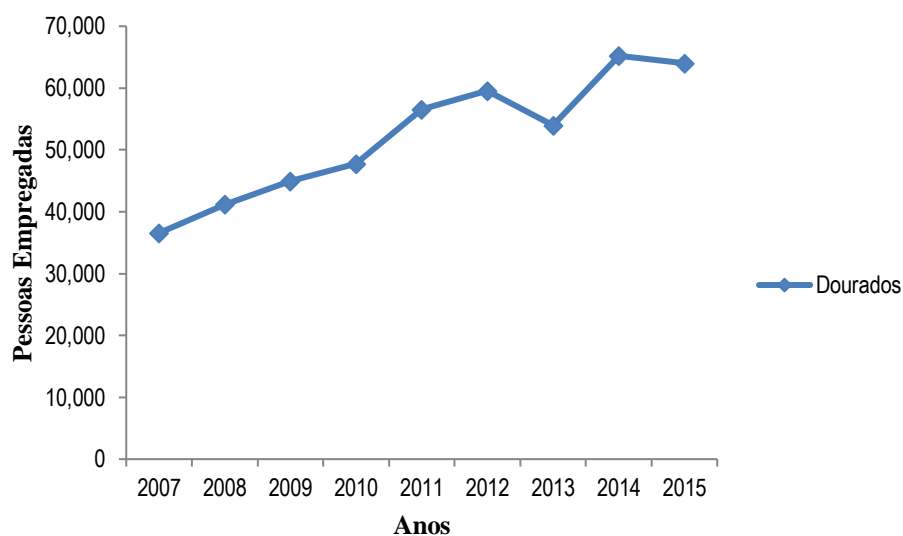


Figura 4. Pessoas com vínculos empregatícios em ocupações formais em Dourados – MS, no período de 2007 a 2015.

Fonte: Elaboração própria com dados do MDS(2016).

Com a pesquisa realizada em Dourados, foi verificado que as residências com apenas duas pessoas morando é minoria, apenas 24%. Residências com três a cinco pessoas somaram 46% dos entrevistados e 30% dos entrevistados tem mais de cinco pessoas morando em sua casa.

Consequentemente, dessas residências apenas 6% não tem ninguém trabalhando. Aproximadamente 45% das residências tem uma pessoa trabalhando e as residências com duas pessoas trabalhando somam 36%. Enquanto às residências onde mais de duas pessoas trabalham somaram apenas 13%.

Logo, a maioria das famílias beneficiárias possui um membro trabalhando formalmente, mesmo as residências onde não há nenhuma pessoa trabalhando formalmente, há ao menos um que exerce alguma atividade remunerada, porém não é trabalho formal com registro nem com vínculo empregatício. Quanto às mulheres entrevistadas, ainda há uma grande distância entre elas e o emprego formal, 70% das mesmas não possuem carteira registrada.

4.6 TAXA DE DESIGUALDADE DE RENDA (COEFICIENTE DE GINI).

Com a extrema pobreza diminuindo, os níveis educacionais melhorando e o desemprego recuando no período analisado, como era de se esperar o coeficiente de Gini melhorou, timidamente, mas já aponta um novo cenário para uma economia com tanta concentração de renda.

O coeficiente de Gini, que mede o grau de concentração de renda de um país, melhorou aproximadamente 9% no intervalo de uma década no Brasil e no Mato Grosso do Sul como mostra a Tabela 8. No entanto este pequeno avanço econômico ainda não é o suficiente para suavizar a alta concentração de renda do Brasil.

Tabela 8- Coeficiente de Gini do Brasil e Mato Grosso do Sul no período de 2004 a 2014.

Data (ano)	Brasil	Mato Grosso Do Sul
2004	0,57	0,54
2005	0,57	0,53
2006	0,56	0,53
2007	0,55	0,57
2008	0,54	0,53
2009	0,54	0,52
2010	0,53	0,52
2011	0,53	0,51
2012	0,53	0,49
2013	0,53	0,50
2014	0,52	0,49

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e IPEA DATA (2016).

Quanto ao coeficiente de Gini das regiões do Brasil, a que mostrou melhor evolução diminuindo a desigualdade social, foi a região nordeste, com uma queda de aproximadamente 12%, região essa que evoluiu muito bem em todos os índices aqui analisados.

Tabela 9- Coeficiente de Gini por Região, no Brasil no período de 2004 a 2014

Região	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Região										
Centro-oeste	0,572	0,577	0,562	0,574	0,567	0,56	0,537	0,531	0,528	0,511
Região Norte	0,541	0,53	0,522	0,535	0,51	0,522	0,535	0,513	0,517	0,505
Região										
Nordeste	0,583	0,571	0,573	0,564	0,558	0,558	0,544	0,542	0,537	0,516
Região Sul	0,522	0,515	0,506	0,505	0,494	0,491	0,472	0,468	0,465	0,456
Região										
Sudeste	0,542	0,543	0,537	0,523	0,515	0,511	0,501	0,505	0,504	0,501

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2016.

Mesmo o valor pago pelas transferências de renda sendo pouco, ao que tudo indica trouxe grandes avanços em termos sociais para o país, pois mesmo com recuos mínimos nos indicadores sociais, já é um benefício para um país que carrega uma herança de desigualdades sociais.

As famílias entrevistadas em Dourados alegam que houve uma mudança significativa em suas vidas, hoje elas têm mais renda, apesar de ser pouco é mais do que tinha antes do PBF 93% dos entrevistados alegam que houve uma melhora em sua condição financeira, outros 7% acreditam que o dinheiro do PBF apenas complementou o pouco que já tinham e que nada mudou quanto sua condição econômica.

O benefício trouxe melhorias para as famílias, mas não o suficiente para suprir todas as necessidades básicas. No entanto houve uma melhora no quesito educação, saúde e renda das famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui realizada com o objetivo de analisar os efeitos dos programas de transferência de renda na redução da desigualdade social mostra a realidade de algumas famílias de Dourados MS e do Brasil, quanto aos principais indicadores sociais.

Constatou-se durante a pesquisa que programas de transferência de renda são comuns em muitos países, mas com diferenças sutis. No entanto, apesar do objetivo ser o mesmo em todos os países, a metodologia aplicada para a distribuição às famílias se diferem.

Através das análises feitas pode-se constatar que o número de famílias beneficiadas pelo PBF aumentou no período de 2004 a 2014, no entanto o que mais chamou atenção foi o aumento mais que expressivo no valor total repassado, e que, segundo diagnóstico é resultado de uma expansão do benefício às famílias extremamente pobres.

Pois além Benefício Básico que é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição. Há também, ajudas extras, como Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, que é concedido às famílias do Programa que tenham jovens entre 16 e 17 anos além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis vinculados ao Adolescente.

A variável de superação da extrema pobreza será o equivalente ao valor necessário para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza. Houve também o aumento da quantidade de crianças inscritas, que até decorrer do ano de 2011 era apenas três. Mas em 2011 foi criado e instituído o Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, tendo como um dos eixos de atuação a garantia de renda, nesse contexto o limite de benefícios variáveis passaram para cinco.

Fica evidente que houve uma diminuição na desigualdade social, pois a quantidade de indivíduos extremamente pobres diminuiu mais que 50% assim como o número de domicílios extremamente pobres e a renda domiciliar *per capita* dos dois grupos também aumentaram, em termos de educação houve um grande avanço, pois há mais jovens na escola e o indicante de analfabetos diminuiu significativamente, e todos os indicadores sociais analisados teve uma melhora.

Diante das análises aqui realizadas acredita-se que as transferências de renda, principalmente o PBF que foi o mais discutido neste trabalho, melhora a qualidade de vida das famílias reduzindo assim a desigualdade social no país e trazendo oportunidades às mesmas. O PBF ao mesmo tempo incentiva a busca pela saúde e educação através de uma

troca, onde hoje o governo as ajuda, mas com o passar do tempo a população ajudada devolverá a sociedade em serviço com mão de obra qualificada.

No entanto o programa poderia ter um limite de tempo estipulado para o fim do benefício. Ou seja, a ajuda podia ser mais em termos de oportunidades, capacitação dos adultos para o mercado de trabalho, o benefício em dinheiro devia ter um prazo para acabar. Dessa forma as famílias que não precisam, seriam excluídas do programa, deixando espaço pra quem realmente precisa.

Porem, a assistência as crianças poderia continuar, para que as mesmas continuem na escola e buscando assistência medica. Sendo assim poderia ser disponibilizado um cartão em forma de vale refeição e não o dinheiro em si, assim evitaria possível comodismo e as crianças continuariam sendo assistidas.

A capacitação dos jovens é de fato muito interessante, mas porque não capacitar quem já está no mercado de trabalho ou não está por falta de capacitação. Impor condicionalidades aos adultos, de estudarem ou de fazerem algum curso que o governo iria oferecer as famílias que estivessem na linha de pobreza e extrema pobreza dificultando o acesso de quem não precisa, e de quem só está no PBF para receber o dinheiro sem o propósito de melhorar de condição social por comodismo.

A fiscalização também é algo essencial e de extrema importância nos programas sociais, dificultando a permanência de quem não precisa do benefício, e o dinheiro gasto com fiscais para esse fim, talvez seja menor que o valor que é repassado a famílias fantasmas e as que não estejam realmente na pobreza e extrema pobreza.

Na realização desta pesquisa houve algumas limitações, principalmente quanto a aplicação do questionário com famílias beneficiárias do PBF. A aplicação dos questionários foi realizada entre os meses de setembro de 2016 á janeiro de 2017 que o período coincidiu com a troca de governo gerando grande desconfiança por parte das famílias, e medo de perder o benefício. Houve também falta de respaldo por parte do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, o que dificultou a realização da pesquisa.

Por tanto sugere-se um estudo mais amplo para município de Dourados para uma maior significância do estudo para o município.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL (Brasília) (Ed.). **Saiba mais sobre os programas de transferência de renda nos EUA**. 2004. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-10-22/saiba-mais-sobre-os-programas-de-transferencia-de-renda-nos-eua>>. Acesso em: 22 out. 2015.

ALMEIDA, Rodrigo de. **Desenvolvimento e programas sociais dão nova cara à pobreza: Transferência de renda, combinada ao desenvolvimento econômico, contribuíram para mudar o cenário**. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/governolula/desenvolvimento++programas+sociais+dao+no+va+cara+a+pobreza/n1237825741152.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. 2v. 552p.

BRASIL (Ed.). **O Brasil e os ODM**. 2015. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 14 set. 2015.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome. (Org.). **Estrutura Ocupacional do Mercado Formal: Pessoas com vínculos empregatícios em ocupações formais**. 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CARIELLO, Rafael et al. **Ricardo Paes de Barros: o liberal contra a miséria**. 2014. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2014/09/ricardo-paes-de-barros-o-liberal-contra-a-miseria/>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CARLOS MADEIRO (Maceió) (Ed.). **Para reduzir miséria, América Latina aposta em programas de transferência de renda, diz estudo**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/05/23/para-reduzir-miseria-america-latina-aposta-em-programas-de-transferencia-de-renda-aponta-estudo.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CARNEIRO, Júlia Dias; GOMES Luciani. **Brasil precisa ir além do Bolsa Família, diz diretor de ONG internacional**. BBC Brasil no Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO JR, Pedro Humberto Bruno de. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

DICIO (Brasil). Dicionário Online de Português. **Nutriz**. 2016. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/nutriz/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

DOURADOS. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Dourados (Org.). **Plano Municipal de Educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PME-Dourados-2015-Versão-Final-1.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2º ed. São Paulo: Person Prentice Hall. 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, p.55-81, junho de 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Cidades2016**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 mar.2016.

IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. (São Paulo). **As consequências do agravamento do desemprego no Brasil**. 2015. Mauro Bellesa. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/desemprego-no-brasil>>. Acesso em: 26 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. (Brasil) (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. 2º ed. Brasília, IPEA, 2010. 366 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (Brasil) (Org.). **CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS**. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_1_29.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. (Brasil) (Org.). **Desafios do Desenvolvimento**. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 23 fev. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. (Brasil) (Org.). **Gasto social com educação é o que mais eleva o PIB**. 2011. Apresentado por Jorge Abrahão, Joana Mostafa. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=711:gasto-social-com-educacao-e-o-que-mais-eleva-o-pib&catid=4:presidencia&Itemid=2>. Acesso em: 26 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. 494 p. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/WEB_Programa-Bolsa-Familia-2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVINAS, Lena & VARSANO, Ricardo (1997). **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza**. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, 534).

MAIOR, Aline Souto. **Trajetória da transferência de renda; Considerações sobre o programa Bolsa Família e panorama atual na América Latina**. 2015. Disponível em:<<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/3M.pdf>>. Acesso em: Maio 2015.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Transferência de renda no Brasil**. Novos Estudos - CEBRAP, [s.l.], n. 79, p.5-21, nov. 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0101-33002007000300001.

MICHEL, Alecrim (Brasil). **O Jornal de Todos os Brasis. Diretor do Banco Mundial fala sobre a importância dos programas de transferência de renda**. 2014. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/diretor-do-banco-mundial-fala-sobre-a-importancia-dos-programas-de-transferencia-de-renda>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. **Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n2, p.211 – 231 jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a02.pdf>>. Acesso em: 3 de abril de 2016.

NASCIMENTO, Silvana Silva do; RAIMUNDO, Valdenice José. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA: QUAL O LUGAR DA MULHER NEGRA NESSA HISTÓRIA?** Recife, 2014.

OLIVEIRA, Fabiana de Cássia Carvalho; COTTA, Rosângela Minardi Mitre. **O Programa Bolsa Família como importante estratégia de redução da desigualdade social**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2011/09/o-programa-bolsa-familia-como-importante-estrategia-de-reducao-da-desigualdade-social/>>. Acesso em: 2 de abril de 2016.

OLIVEIRA, Roberta Rezende; BRANDÃO, André Augusto Pereira. **A relação entre pobreza e renda do programa bolsa família: O Que Mudou na Legislação entre 2004 e 2013?**. Revista Emancipação. Ponta Grossa, 2014.

PNUD; IPC-IG. **Estudo da ONU avalia impacto de programas sociais na agricultura familiar**: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3773>. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3773>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

RAINER GONÇALVES SOUSA (Brasil). Mundo Educação (Org.). **Formação da classe operária: Revolução Industrial**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/formacao-classe-operaria.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ROCHA, Sonia (1998). **Desigualdade regional e pobreza no Brasil: A evolução – 1981/95**. Rio de Janeiro, IPEA (Texto para Discussão, 567).

ROCHA, Sonia (2004). **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. In Anais do Encontro Nacional de Economia, Brasília. ANPEC

SANTOS, Cinthya Cristiane Galvão dos; GOMES, Alfredo Macedo. **Contrapartida do Programa Bolsa Família na perspectiva dos professores**. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 425-446, jul./dez. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, fev. 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. Katálysis, [s.l.], v. 13, n. 2, p.1-27, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1414-49802010000200002.

SILVA, Rejane; SEIDL, Marisol. **PRÁTICAS NARRATIVAS NA CONDUÇÃO DA TERAPIA DE UMA FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA**. Nova Perspectiva Sistêmica, Rio de Janeiro, n. 47, p. 99-112, dezembro 2013.

THE WORLD BANK (Brasil) (Ed.). **Brasil: aspectos gerais**. 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>>. Acesso em: 20 out. 2015.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Impactos dos Programas Governamentais de Transferência de Renda sobre a Economia do Vale do Jequitinhonha**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 671-692, jul-set. 2013.

TRIBUNA DO NORTE (Rio Grande do Norte) (Ed.). **Em 12 anos, Bolsa Família perde o poder de compra**. 2016. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-12-anos-bolsa-fama-lia-perde-poder-de-compra/335226>>. Acesso em: 01 out. 2016.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1.A beneficiária é casada?

SIM NÃO

2.A beneficiária trabalha?

SIM NÃO

2.1 Com carteira assinada?

SIM NÃO

3. E o conjugue?

SIM NÃO

3.1 Com carteira assinada?

SIM NÃO

4.Qual sua faixa de idade?

Até 20 anos De 21 a 25 anos

De 26 a 30 anos Mais de 30 anos

5.Qual seu nível educacional?

Analfabeto Fundamental Incompleto

Fundamental Médio Incompleto

Nível Médio Superior Incompleto

Superior

6.Quantos filhos ?

Um Dois

Três a Cinco Mais de Cinco

7.Quantos filhos de até 10 anos?

Nenhum Um á dois

Três Mais de Três

8.Quantos menor de idade?

Um Dois

Três Mais de Três

9.Os filhos (de idade escolar), menor de 18 anos estão todos estudando?

Sim Não

10.Tem filhos maiores de idade que moram na casa?

Sim Não

11.Esses trabalham?

Sim Não

12.Tem filhos fazendo faculdade?

Sim Não

13. Há quanto tempo recebe o benefício? Até Um ano De Um a Dois anos De Três a cinco anos Mais de cinco anos**13.1 Sua mãe já foi ou é beneficiária do PBF?** Sim Não**14. Tem netos que são beneficiados por alguma programa de transferência de renda?** Sim Não**15. Quantas pessoas moram na casa?** Duas Três a Cinco Mais de Cinco**16. Quantas trabalham?** Nenhuma Uma Duas Mais de Duas**17. São impostas condições para sacar o benefício?** Sim Não**18. Sua família recebe visita de agente comunitário de saúde?** Sim Não**19. A senhora considera o valor pago um valor justo?** Sim Não**20. A senhora acredita que houve uma melhora na sua situação financeira ou o benefício serviu apenas como uma renda complementar?** Sim, houve. Não, só complementou.**21. Qual a prioridade para o dinheiro do benefício?** Alimentos Lazer Outros Material escolar Roupas